

A reconstrução grupal da identidade negra: Um relato de experiência

Emilly de Andrade Oliveira^{1*} , Marília Meneghetti Bruhn¹ 

RESUMO

O presente estudo apresenta um relato de experiência com um grupo temático que tinha como foco questionar as construções de identidades raciais por meio de uma perspectiva antirracista. As atividades grupais tiveram como público-alvo mulheres pretas e pardas em situação de vulnerabilidade social residentes de uma ocupação na cidade de Aracaju, Brasil. Este trabalho tem como referencial as obras de Jacob Levy Moreno e de Alberto Guerreiro Ramos como ferramentas de descolonização da construção identitária. Por fim, ressalta-se as contribuições do psicodrama e do Teatro Experimental do Negro (TEN) em psicoterapias grupais e em práticas antirracistas com impactos comunitários.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade social; Antirracismo; Psicodrama; Vulnerabilidade social.

The group reconstruction of black identity: an experience report

ABSTRACT

This study presents an experience report with a thematic group that focused on questioning the constructions of racial identities through an anti-racist perspective. The group activities targeted black and brown women in situations of social vulnerability living in a occupation, in the city of Aracaju, Brazil. This work uses the works of Jacob Levy Moreno and Alberto Guerreiro Ramos as reference tools for decolonizing identity construction. Finally, the contributions of Psychodrama and Experimental Black Theater (TEN) in group psychotherapy and anti-racist practices with community impacts are highlighted.

KEYWORDS: Social identity; Anti-racism; Psychodrama; Social vulnerability.

La reconstrucción grupal de la identidad negra: un relato de experiencia

RESUMEN


Este estudio presenta un relato de experiencia con un grupo temático que se centró en cuestionar las construcciones de identidades raciales desde una perspectiva antirracista. Las actividades del grupo tuvieron como público a mujeres negras y marrones en situación de vulnerabilidad social que viven en una ocupación, en la ciudad de Aracaju, Brasil. Este trabajo utiliza como referencia los trabajos de Jacob Levy Moreno y Alberto Guerreiro Ramos como herramientas para la construcción identitaria descolonizadora. Finalmente, se destacan los aportes del Psicodrama y el Teatro Negro Experimental (TEN) en las psicoterapias grupales y en las prácticas antirracistas con impactos comunitarios.

PALABRAS CLAVE: Identidad social; Antirracismo; Psicodrama; Vulnerabilidad social.

1. Universidade Tiradentes  – Departamento de Psicologia – Aracaju (SE), Brasil.

*Autora correspondente: bihemilly@hotmail.com

Recebido: 10 maio 2025 | Aceito: 26 ago. 2025

Editora de seção: Oriana Hadler 

INTRODUÇÃO

Ao idealizar o Teatro Experimental do Negro (TEN), Abdias Nascimento proporcionou um espaço de celebração da cultura negra e africana e da relevância do negro para a sociedade brasileira. O trabalho de Abdias foi além da inserção deste grupo nas artes cênicas, pois ao dar destaque a personagens negros e a histórias em que eles eram heróis, o autor pôs em dúvida as certezas da sociedade da época quanto a este público. A partir dos trabalhos do TEN, que se iniciaram no ano de 1944, e do seu impacto no imaginário brasileiro, foi sendo cunhada uma nova dimensão de quem é uma pessoa negra fundamentada uma perspectiva antirracista e descolonial (Nascimento, 2016). A perspectiva descolonial busca uma construção do conhecimento que valorize os saberes de comunidades subalternizadas (Zeifert & Agnoletto, 2019); já as práticas antirracistas são um conjunto de ações intencionais que contribuem para a desconstrução do racismo (Ribeiro, 2019). Além de Abdias Nascimento, Alberto Guerreiro Ramos, que se junta ao TEN em 1949, também vai desempenhar um importante papel no desenvolvimento do psicodrama como ferramenta de emancipação para pessoas pretas (Oliveira, 2025).

Tanto para o início das atividades do TEN quanto para aquelas que foram os primórdios do psicodrama, seus autores, Abdias Nascimento, Alberto Guerreiro Ramos e Jacob Levy Moreno, resolveram começar por apoiar pessoas advindas de classes sociais menos favorecidas. Os três focaram seus projetos em pessoas subalternizadas e vistas como inferiores por parte da sociedade, seja por suas condições de moradia ou por suas profissões (Moreno, 1975; Nascimento, 2016; Oliveira, 2025). Seguindo os exemplos desses autores escolheu-se, para o público da intervenção que inspira o relato deste artigo, pessoas em situação de vulnerabilidade social que estão lutando para conquistar o direito à moradia garantido pela Constituição (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Moreno, por meio do psicodrama, foi um dos primeiros a enxergar a potencialidade da intervenção grupal para abordar temas que afetam a sociedade como um todo. Trabalho que inspirou o TEN e chegou ao Brasil por meio dele. Em trabalho realizado nos Estados Unidos, “O Problema Negro-Branco”, Moreno desenvolveu a configuração psicológica e social do racismo e concluiu uma necessidade de naturalização do papel do negro para a sociedade em que está inserido. Para ele, a construção da identidade está associada a fatores fisiológicos, psicológicos e socioculturais; portanto, uma identidade racial saudável vai depender também dos estereótipos associados a tal raça (Moreno, 1975).

Através dos séculos o racismo foi além de ações de um ser humano contra outro e agora ele está inserido na trama do tecido que forma a sociedade. É fundamental reconhecer o papel de instituições na formação e manutenção de padrões sociais que subjuguem negros a aceitar e reproduzir comportamentos e pensamentos racistas. E se o racismo se tornou algo tão intrinsecamente infiltrado no imaginário popular, é preciso que, para ser combatido, o antirracismo seja trabalhado de maneira grupal.

Ao definir seu público como pessoas originárias de grupos e classes que mais sofriam discriminação, é necessário levar em consideração as intersecções entre essas minorias. Kimberlé Crenshaw argumenta que mulheres negras são invisibilizadas socialmente de tal maneira que não são o foco de políticas feministas ou antirracistas, se perdendo no limbo dessa interseccionalidade (Crenshaw, 1989). Por tal razão, ao levar adiante esta pesquisa, é necessário falar sobre o impacto da discriminação na saúde mental destes indivíduos, que de acordo com o último censo do país formam a maioria dos brasileiros (Sá et al., 2024).

METODOLOGIA

O percurso metodológico deste estudo se constitui por um relato de experiência que descreve intervenções grupais ocorridas em uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) no Nordeste do Brasil. Relatos de experiência são textos descritivos que apresentam experiências de profissionais sobre uma situação específica, contribuindo para a produção de conhecimentos e de pesquisas. “Esse tipo de texto não necessita de aprovação em comitê de ética em pesquisa, contudo, necessita seguir a legislação vigente em relação aos preceitos éticos” (Casarin & Porto, 2021, p. 1). Logo, esta pesquisa segue as diretrizes do Código de Ética do Psicólogo e da Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de

Saúde, que afirma que não é necessário submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa estudos que tenham como objetivo o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que seja respeitado o anonimato das pessoas e das instituições que participarem da pesquisa (Conselho Federal de Psicologia, 2005; Resolução CNS n.º 510, 2016).

O MTST é um movimento social e político que luta pelo direito constitucional à moradia, ao trabalho e à alimentação de pessoas em situação de vulnerabilidade social em periferias urbanas do Brasil. O MTST organiza ocupações em espaços urbanos desocupados, que são utilizados para moradia de famílias sem-teto (MTST, 2024). A intervenção grupal compartilhada neste relato ocorreu em uma dessas ocupações, na cidade de Aracaju, no primeiro semestre de 2025. O grupo temático – que tinha como objetivo discutir relações raciais a partir de uma perspectiva antirracista – era composto por oito mulheres participantes de raça/cor preta ou parda e uma mulher de raça/cor preta, que tinha o papel de diretora do grupo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população negra é composta por pessoas que se autodeclararam de raça/cor preta ou parda, equivalendo a, aproximadamente, 73% da população do Nordeste do Brasil. As mulheres que participaram do grupo voluntariamente possuíam vínculo ao MTST e à ocupação onde ocorreu o grupo, apresentavam idade entre 25 e 65 anos, sendo 1 mulher trans e 7 mulheres cisgênero. A atividade grupal teve início por volta das 9h e terminou às 11h30min em uma sala da ocupação. As participantes consentiram com a escrita de um relato de experiência desde que fossem mantidos os seus anonimatos.

(DES)CONCRETIZANDO RACISMOS

Para iniciar a intervenção grupal foi realizado um aquecimento inespecífico no qual a diretora se apresentava e, em seguida, fazia uma introdução sobre a temática de relações raciais e o principal objetivo daquele encontro. Após tal introdução, iniciou-se um jogo de apresentação grupal com um rolo de barbante, em que cada pessoa falava a frase “meu nome é” e, ao completá-la com o próprio nome, agarrava um pedaço do barbante e jogava o novelo para que a próxima se apresentasse. Depois de todas as mulheres falarem seus nomes, foi realizada outra rodada, na qual foi solicitado que, antes de passar o novelo adiante, elas repetissem alguma palavra já lida e foi direcionada a elas por razão de sua cor ao completar a frase “já me chamaram de _____ em razão da minha cor”. A teia formada pelo barbante foi uma concretização das experiências que uniam a todos ali presentes como raça e como vítimas de uma sociedade racista. De acordo com Guerra (2008), a concretização é uma maneira de materializar conceitos subjetivos com o objetivo de possibilitar uma catarse de integração. Wilson Castelo de Almeida afirma que, em um processo grupal:

A catarse de integração pressupõe um movimento em direção ao aprimoramento de situações sociais de afetos interrelacionados e comportamentos grupais. Podemos falar em catarse de integração quando ocorrerem dentro do grupo aproximações identificatórias: o desorganizado organiza-se, o desfigurado configura-se (Almeida, 2010, pp. 89-90).

Entre as palavras relatadas no jogo do barbante, foi possível notar a rapidez que pessoas indubitavelmente pretas, de cor mais escura, possuíam para recordar palavras e situações em que sofreram racismo. Já as duas pessoas pardas presentes, embora possuísem traços fenotípicos definitivamente atribuídos a pessoas negras – como cabelo crespo alisado, nariz largo, lábios grossos –, encontraram maior dificuldade para identificar situações e, quando as apresentaram, afirmaram que eram pensamentos de si mesmas que reproduziam discursos racistas.

Na obra *O genocídio do negro brasileiro*, Abdias Nascimento (2016) discorre sobre o embranquecimento da raça como uma estratégia de genocídio que se torna possível a partir do reforço social de que há uma inferioridade em ser negro e que a afirmação dessa inferioridade ocorre principalmente por membros do grupo de tez mais clara. Tal teoria encontrou comprovação no discurso destas participantes pardas, que embora se afirmassem como pessoas não brancas, procuravam ao mesmo tempo afastar-se da denominação de pessoa negra. A maneira como elas desassociaram a si mesmas da negritude enquanto colocavam características como o tom retinto da pele de outra participante ou o volume do cabelo crespo da

diretora como exóticas, mesmo que mulheres pretas sejam maioria da população do Nordeste brasileiro, reafirma o que foi percebido e descrito por Abdias.

Kilomba (2019) fala sobre como o corpo negro, e especificamente o corpo da mulher negra, é tratado por pessoas brancas e sobre a forma como até mesmo elogios podem estar embebidos em racismo. A autora destaca que, apesar de parecerem positivas, falas como as descritas anteriormente, e até mesmo expressões de inveja quanto ao tom da pele ou ao formato do cabelo, objetificam o sujeito. Colocar uma pessoa negra como algo próximo do exotismo a afasta da noção de humanidade enquanto a aproxima do animalesco. Grada apresenta em seus escritos a dualidade da branquitude: ao mesmo tempo que deseja ter características comuns a pessoas negras, abomina e age por onde alcançar a destruição do grupo que as possui. Tal linha de raciocínio foi também compartilhada pelas participantes da intervenção ao citarem como seus lábios grossos passaram de ser alvo de ridicularização a um desejo alcançado através de procedimentos estéticos.

Depois de cada pessoa do grupo compartilhar uma palavra e situação em que sofreu racismo, todas as participantes soltaram as pontas do barbante que estavam segurando e, juntas, foram retornando o barbante ao novelo e desatando os nós enquanto falavam mais sobre as situações em que essas palavras lhes foram dirigidas e outras mais em que o racismo esteve presente em suas vidas, sobre como ele as fez se sentirem e como se defenderam dele. Entre as diferentes situações, algumas em comum foram: serem seguidas em lojas, ou confundidas com babás ou empregadas dos próprios filhos e/ou de outras crianças de tez mais clara; e terem sua inteligência, capacidade e condição financeira subestimadas.

As membras do grupo discutiram a reação de cada uma a situações racistas, falando sobre como reagiram e responderam a tais atos e como *desejariam* ter respondido. Uma delas, mãe de uma filha loira dos olhos claros, agora em seus 40 anos, relatou várias ocorrências em que foi confundida com uma funcionária ou babá de sua própria prole. Ela descreveu uma ocasião específica em que, quando a menina se encontrava em idade pré-escolar, após lidar com um choro dela em um lugar público, foi acusada de ser muito bruta, a impediram de deixar o estabelecimento e a polícia foi chamada ao local. Sua reação após ter que mais uma vez explicar para estranhos que era mãe biológica da criança foi, ao chegar em casa, pintar o cabelo da filha de preto com a primeira tinta que encontrou, sem ao menos se preocupar se era adequada para uso infantil.

Aos relatos foram se assomando questões que vão além de raça, havendo uma interseccionalidade entre gênero, classe social, escolaridade e condição de moradia destas mulheres. Kimberlé Crenshaw (1989), cunhadora do termo *interseccionalidade*, cita o conceito como uma forma abrangente de enxergar as maneiras com que mais de uma forma de preconceito podem inferir na vida de um indivíduo. Nesse caso do grupo em específico, as participantes, além de suas próprias experiências como mulheres – cis ou transgênero, residentes ou beneficiárias de uma ocupação –, citaram casos acontecidos com suas irmãs, primas, sobrinhas e amigas. As experiências que foram contadas têm como personagens principais pessoas com diferentes histórias, origens, trabalhos, residências e classes sociais, indo de empregadas domésticas a universitárias, mas que ainda lidam com o racismo e outras violências diariamente.

O AQUILOMBAMENTO COMO FERRAMENTA DE MANUTENÇÃO DE SAÚDE, AUTOESTIMA E AFETO

As mulheres presentes na intervenção encontraram semelhanças não somente nos episódios de racismo vividos, mas também na maneira que lidaram com eles. Uma característica recorrente nas descrições trazidas foi não se deixar abalar diante de seu algoz. Seja em uma violência sofrida nas ruas enquanto catadoras de recicláveis ou ocorrida em uma sala de aula de ensino superior, as participantes relataram a importância de não mostrar o quanto o racismo as abala até não estar mais na presença de quem o cometeu. Foram muitos os relatos de choros engolidos em público para que as lágrimas pudessem correr em um ambiente privado.

Outro aspecto do preconceito trazido pelas participantes foi a frequência com que as pessoas presumem detalhes sobre elas e suas vidas a partir de suas situações laborais. Elas trouxeram depoimentos de episódios de racismo sofridos durante o cumprimento das descrições de seus cargos; humilhações sofridas em profissões não valorizadas socialmente, como catadora de recicláveis ou empregada doméstica. No livro *Pequeno manual antirracista*, Djamilia Ribeiro (2019) discute

como mulheres negras são reduzidas a profissões subalternizadas como “copeira”, “faxineira” e “prostituta”, reduzindo as suas existências a alguns estereótipos.

Entre os compartilhamentos, as mulheres trouxeram como emoções principais a raiva e a humilhação. Elas afirmaram que as formas mais comuns de violência são a verbal e a psicológica e que são expostas a elas todas as vezes que abrem a porta de suas casas. Contaram como essas experiências as fizeram se sentir “menores”, mas que contaram com apoio de outras mulheres negras como elas para superar esses sentimentos. bell hooks (2021, p. 136) destaca o potencial de cura do amor e de amizades amorosas: “não há lugar melhor para aprender a arte do amor que numa comunidade”. Relações grupais baseadas no amor entre pessoas negras são a proposta de um quilombo entendido como comunidade, território existencial (Ortega et al., 2023). Sendo assim, essa busca por apoio de outras mulheres negras relatada pelo grupo demonstra a importância de um movimento de aquilombamento – de apoio comunitário e afetivo centrado na experiência de/com mulheres negras.

A maneira como o racismo afeta a percepção de si mesmas foi trazida à tona, e as próprias participantes trouxeram a perspectiva de que não deveriam deixar que outros definissem seu valor. bell hooks (2021, p. 79) afirma que “a maioria das pessoas que pensam não serem dignas de receber amor tem essa percepção porque, em algum momento de sua vida, foi socializada por forças fora de seu controle para se ver indigna de amor”. Contudo, isso não significa que essas experiências recorrentes em uma sociedade racista, que afirma que pessoas negras não são dignas de serem amadas, são definitivas. O grupo conversou, então, sobre momentos em que não deixaram que o racismo ou que pessoas racistas definissem a sua importância e sobre como se sentiram ao reafirmar-se enquanto pessoa diante de tal violência. hooks (2021) vai chamar esse processo de autoafirmação, quando a pessoa se propõe a se posicionar em favor de si mesma, tratando-se com respeito em todos os relacionamentos humanos.

Outro ponto que apareceu com certa frequência nos relatos foram as críticas e violências sofridas quanto a características físicas, tão naturalizadas na sociedade atual. Todas as participantes assumiram reproduzir pensamentos e atitudes racistas, como referir-se a cabelos crespos como “cabelo ruim”, mas que os propagam majoritariamente dirigidos a si mesmas. Grada Kilomba (2019, p. 127), refere-se ao cabelo de pessoas negras como “*o instrumento mais importante da consciência política entre africanas e africanos da diáspora* (grifo nosso)”. Grada discursa em sua obra sobre como o corpo negro é político e se torna uma arma contra o racismo a partir do momento em que são impostos limites na influência da superioridade branca obrigada pela sociedade. É importante ressaltar que, dentre as nove mulheres presentes durante a intervenção, apenas uma mantinha cabelos crespos naturais e/ou soltos, sendo ela a diretora do grupo.

Após contarem as situações em que identificaram o racismo, a diretora do grupo orientou-as a compartilhar como aprenderam a lidar com a discriminação racial que ocorre repetidamente ao longo do tempo. Muitas falaram sobre como suas mães as ensinaram a não aceitar e a nunca “abaixar a cabeça” em situações de violência, e que agora ensinam a mesma coisa para seus filhos. Outras relataram nem sempre enfrentar essas violências; que em determinada época das suas vidas preferiam evitar o constrangimento advindos de tais atos; ou que simplesmente se calaram diante do preconceito. A partir dos exemplos apresentados pelas participantes é possível inferir que a frequência e a diversidade de momentos e lugares em que o racismo acontecia e acontece reafirma que o problema não eram elas, e sim a sociedade em que vivem; que o tempo as treinou para reagirem da melhor forma que podem a essas situações, as ensinando que o direito de expressão do outro acaba no momento em que faz com que elas se sintam desconfortáveis com as palavras e ações que lhes são dirigidas.

A LUTA POR DIREITOS COMEÇA AO SABER QUE ELES EXISTEM

O grupo foi guiado por uma discussão histórica sobre a maneira como a pessoa negra é vista pelos brancos desde a colonização do Brasil, o que mudou durante os anos e o que ainda precisa mudar. Apesar de nenhuma das participantes ter avançado o suficiente na educação formal para adentrar o ensino médio, elas foram participantes ativas durante esta parte da intervenção. A exploração do negro no Brasil, ou “O genocídio do negro brasileiro”, como Abdias Nascimento (2016) nomeia em seu livro de mesmo título, foi discutida assim como sua implicação nos dias atuais. Foi analisada, ainda, a maneira como os negros foram tratados desde o que levou os ex-escravizados a formarem as favelas ao redor das cidades até o que mantém seus descendentes lá até hoje (Lima, 2024).

As participantes do grupo comentaram sobre a importância da representatividade midiática; da presença de outras mulheres negras em suas televisões e seus celulares; assim como dos cargos profissionais em que elas se encontram, que não são mais de empregadas domésticas. Essas mudanças relatadas eram um dos objetivos do TEN, quando idealizado no início da década de 1940: dar visibilidade a atores negros em uma diversidade de papéis que não envolvessem servir a brancos (Nascimento, 2016). Elas frisaram o quanto isso é só o começo de um processo de desconstrução do racismo e que ainda será preciso mais luta antirracista para que pessoas brancas possam encarar protagonistas pretas como algo normal e não como uma fuga da norma.

No momento final do grupo, a diretora explicou os direitos que lhes são garantidos por lei quanto à raça e discriminação, assim como quanto a violência de gênero e quaisquer outras violações dos seus direitos como cidadãs. Por exemplo, de acordo com a Lei Caó, são puníveis “crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (Lei n.º 7.716, 1989, p. 369). São considerados crimes, portanto, ofensas em razão da raça/cor, assim como impedir o acesso a locais, empregos, e recusar atendimento a pessoas devido à cor da pele. Quanto à violência de gênero, a principal lei que existe é a Lei Maria da Penha, a qual define e tipifica a violência de gênero (psicológica, física, moral, patrimonial e sexual), assim como estabelece medidas protetivas de urgência (Lei n.º 11.340, 2006). Os compartilhamentos que se seguiram a esse momento de apresentação das leis relataram como esses mesmos direitos já foram violados anteriormente. Uma das participantes do grupo relatou ocasiões em que até mesmo o acompanhamento médico lhes fora negado por serem moradoras de uma ocupação do MTST. O posto de saúde da família do bairro em que a ocupação está localizada se negava a atender os residentes e a ofertar continuidade de tratamento. Elas relataram então como a força conjunta delas e de outros a fazer trabalho voluntário na ocupação garantiu o acesso à saúde a elas e a seus filhos.

Durante os compartilhamentos finais as participantes expressaram como a intervenção fez com que se sentissem e quais suas opiniões gerais sobre o que foi trabalhado naquela manhã. Os depoimentos trazidos nesta parte foram associados com o alívio da catarse de integração e gratidão quanto ao momento e a oportunidade de compartilhá-lo com as outras mulheres presentes. Uma das membras soltou, em lágrimas, que “não sabia quantos direitos eu tinha até que eu entrei nessa ocupação e me ensinaram a lutar por eles”. O encontro foi encerrado com todas enfatizando sobre a importância da luta por seus direitos e como essa luta impacta suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho realizado e dos compartilhamentos durante a intervenção grupal, é possível inferir a relevância de debater sobre o racismo e de promover atitudes antirracistas. Através dos depoimentos e das contribuições das participantes durante a intervenção, e até mesmo em uma análise da duração do encontro (superior a duas horas), fica óbvio a ocorrência da catarse de integração, da maneira descrita por Wilson Castelo de Almeida (2010). A escuta de ocorrências semelhantes às vividas por si próprias e a validação de seus sentimentos quanto a essas violações fez com que o peso emocional de tais situações se tornasse mais leve. Sendo assim, a intervenção grupal cumpriu com seu intuito ao ajudar as pessoas envolvidas a não se sentirem só em suas dores e no processo de cura, aproximando as participantes umas das outras e da identidade que compartilham como mulheres negras.

É importante ressaltar que embora mais de 80 anos tenham se passado desde a criação do Teatro Experimental do Negro, a maneira como a sociedade trata pessoas negras ainda deixa tanto a desejar a ponto de que nesse intervalo de tempo as metas idealizadas por Abdias ainda não tenham se tornado realidade. Abdias Nascimento (2016) descreveu as diferentes formas em que o TEN atuava, e estas se tornaram então os objetivos principais desta intervenção grupal. São elas: denúncia de formas sutis e escancaradas de racismo; resistir à opressão cultural branca; e proporcionar apoio psicológico para que pessoas negras pudessem superar o complexo de inferioridade que lhes era imposto pelo complexo de superioridade que pessoas brancas são criadas para possuir. Apesar de limitar-se a apenas um encontro, tais metas foram alcançadas, mas não somente graças à diretora do grupo, e sim ao esforço conjunto com as participantes que ativamente fizeram desta uma experiência de aquilombamento e fortalecimento da identidade negra.

CONFLITO DE INTERESSE

Nada a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORES

Conceitualização: Oliveira EA, Bruhn MM; **Metodologia:** Oliveira EA, Bruhn MM; **Análise formal:** Oliveira EA, Bruhn MM; **Investigação:** Oliveira EA, Bruhn MM; **Escrita:** Oliveira EA, Bruhn MM; **Aprovação final:** Oliveira EA.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados da pesquisa estão disponíveis mediante solicitação às autoras, respeitando as normas éticas e de confidencialidade.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às participantes da pesquisa e à Ocupação Beatriz Nascimento por tornarem este artigo possível.

REFERÊNCIAS

- Almeida, W. C. (2010). Além da catarse, além da integração, a catarse de integração. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 18(2), 72-95. <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/129>
- Casarin, S. T., & Porto, A. R. (2021). Relato de experiência e estudo de caso: algumas considerações. *Journal of nursing and health*, 11(4), 1-2. <https://doi.org/10.15210/jonah.v11i4.21998>
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(8), 139-167. <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- Guerra, E. M. (2008). A técnica psicodramática da “concretização” e suas relações com o desenvolvimento humano. *Ciências & Cognição*, 13(1), 114-130. Recuperado em 05 de agosto de 2025, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212008000100012&lng=pt&tlng=pt
- hooks, b. (2021). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Elefante.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Censo Demográfico 2022*. <https://censo2022.ibge.gov.br/>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantaçao: Episódios de racismo cotidiano* (3a ed., T. T. Costa, Trad.). Cobogó.
- Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989. (1989). Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm

- Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Lima, I. V. P. (2024). Direito à terra, abolição e formação das favelas na sociedade brasileira. *Revista em Favor de Igualdade Racial*, 7(3), 241-256. <https://doi.org/10.29327/269579.7.3-17>
- Moreno, J. L. (1975). *Psicodrama*. Cultrix.
- Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. (2024). *Ocupação e invasão: você sabe qual é a diferença?* MTST Brasil. <https://mtst.org/noticias/ocupacao-e-invasao-voce-sabe-qual-e-a-diferenca/>
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Perspectiva.
- Oliveira, D. R. (2025). Psicodrama brasileiro e a luta antirracista: o legado de Alberto Guerreiro Ramos. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.696>
- Ortega, M. X., Brambilla, B. B., & Kahhle, M. M. (2023). Afetividade, processo grupal e aquilombamento como tecnologias de cuidado numa perspectiva de gênero antirracista. *Àskesis*, 12(1), 189-212. <https://revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/847/436>
- Resolução CNS n.º 510, de 7 de abril de 2016. (2016). Dispõe sobre normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais. Conselho Nacional de Saúde. *Diário Oficial da União*. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno Manual Antirracista*. Companhia das Letras.
- Sá, E. B., Santos Y. L., & Silva, T. D. (2024). *Informe MIR n.º 3: monitoramento e avaliação – Edição Censo Demográfico 2022*. Ministério da Igualdade Racial. <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/Informe-edicao-censo-demografico2022.pdf>
- Zeifert, A. P., & Agnoletto, V. (2019). O pensamento descolonial e a teoria crítica dos direitos humanos: saberes e dignidade nas sociedades latino-americanas. *Revista Húmus*, 9(26). <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/12077>